

**MARIANNE MENDES WEBBER**

Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de  
Direito da Universidade de São Paulo - USP  
Especialista em Direito do Comércio Internacional pela  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - UL  
Especialista em Direito Societário pela Faculdade de Direito  
do Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba  
Advogada



# DIREITO DA CONCORRÊNCIA E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL



Belo Horizonte  
2015

## CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clèmerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dircêo Torrecillas Ramos	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Emerson Garcia	Nelson Rosenvald
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Renato Caram
Florisbal de Souza Del'Olmo	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Frederico Barbosa Gomes	Rodolfo Viana Pereira
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2015.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho  
**Produção Editorial e Capa:** Danilo Jorge da Silva  
**Revisão:** Responsabilidade do Autor

341.3787 Webber, Marianne Mendes  
 W372 Direito da concorrência e cooperação jurídica internacional  
 Marianne Mendes Webber. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.  
 282p.

ISBN: 978-85-8238-109-0

1. Direito da concorrência. 2. Direito internacional da concorrência.  
 3. Cooperação jurídica internacional. 4. Defesa da concorrência.  
 5. Acordos de cooperação. I. Título.

CDD - 341.3787

CDU - 339.137:34

Elaborada por: Fátima Falci  
 CRB/6-nº700

Rua Oriente, 445 - Serra  
 Belo Horizonte/MG - CEP 30220-270  
 Tel: (31) 3031-2330

[www.arraeseditores.com.br](http://www.arraeseditores.com.br)  
[arraes@arraeseditores.com.br](mailto:arraes@arraeseditores.com.br)

Belo Horizonte  
 2015

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XV
APRESENTAÇÃO .....	XVI
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1	
DIREITO DA CONCORRÊNCIA: ENFOQUES, CONCEITOS E DIMENSÕES .....	6
1.1 O DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....	6
1.1.1 A economia e o Direito da Concorrência .....	6
1.1.2 Influência do Direito norte-americano no desenvolvimento da matéria nos variados sistemas jurídicos nacionais .....	12
1.1.3 O Direito da Concorrência brasileiro .....	15
1.1.3.1 Legislação vigente.....	19
1.1.3.1.1 Constituição Federal de 1988 .....	19
1.1.3.1.2 Lei da Concorrência (Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011) .....	21
1.1.3.1.3 Regulamentos relevantes.....	22
1.1.3.2 Atos de concentração multijurisdicionais .....	23
1.1.3.2.1 Conceito.....	23
1.1.3.2.2 A análise dos atos de concentração pelo SBDC.....	26
1.1.3.3 Tratamento de informações confidenciais .....	34
1.2 O DIREITO INTERNACIONAL DA CONCORRÊNCIA: TERMINOLOGIA E CONCEITO .....	38
1.3 AS DIMENSÕES DO DIREITO INTERNACIONAL DA CONCORRÊNCIA.....	40
1.3.1 Dimensão unilateral do Direito Internacional da Concorrência .....	40

1.3.1.1 Evolução da aplicação das legislações nacionais de defesa da concorrência a partir do Direito norte-americano.....	44
1.3.1.1.1 Precedentes legislativos norte-americanos.....	46
1.3.1.1.2 O princípio da territorialidade estrita .....	46
1.3.1.1.3 O Princípio da Pseudoterritorialidade.....	49
1.3.1.1.4 A teoria dos efeitos .....	50
1.3.1.1.5 O princípio da ponderação.....	53
1.3.1.2 A teoria dos efeitos no Direito brasileiro .....	58
1.3.1.2.1 Art. 2º da Lei da Concorrência.....	58
1.3.1.2.2 Decisões das autoridades brasileiras sobre a aplicação extraterritorial do Direito da Concorrência.....	61
1.3.1.3 Teoria dos efeitos: reflexos, limitações e reação internacional .....	66
1.3.1.3.1 Protestos e reclamações diplomáticas.....	68
1.3.1.3.2 As leis de bloqueio .....	69
1.3.2 Dimensões multilateral, regional e bilateral: a cooperação em matéria da concorrência .....	71

## CAPÍTULO 2

### COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E O DIREITO DA CONCORRÊNCIA .....

73	73
2.1 A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	73
2.1.1 O Estado Constitucional Cooperativo .....	74
2.1.2 As formas de manifestação da cooperação jurídica internacional.....	77
2.1.3 Cooperação Jurídica Internacional: definição e espécies.....	79
2.1.4 Auxílio direto.....	81
2.1.5 Cooperação ativa e passiva .....	83
2.1.6 Cooperação formal e informal .....	83
2.2 A COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DA CONCORRÊNCIA.....	85
2.2.1 Relação entre o Direito Interno e o Direito Internacional e entidades envolvidas.....	87
2.2.2 Dimensão multilateral do Direito Internacional da Concorrência....	91
2.2.2.1 Negociações e iniciativas envolvendo a matéria concorrencial em sentido amplo.....	91
2.2.2.1.1 Da Carta de Havana ao GATT e à OMC.....	92
2.2.2.1.2 Código Concorrencial Internacional .....	99
2.2.2.1.3 Organização das Nações Unidas (ONU) e Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD).....	103
2.2.2.1.4 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).....	106
2.2.2.1.5 Rede Internacional de Concorrência (ICN).....	107
2.2.2.2 Os atos de concentração multijurisdicionais e o labor dos foros internacionais em prol da cooperação.....	108

2.2.2.2.1 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).....	109
2.2.2.2.2 Rede Internacional de Concorrência (ICN).....	112
2.2.3 Dimensão Regional do Direito Internacional da Concorrência.....	114
2.2.3.1 Mercosul .....	116
2.2.3.1.1 Estados-Partes do Mercosul.....	118
2.2.3.1.2 Estrutura orgânica do Mercosul.....	119
2.2.3.1.3 O Mercosul e suas fontes.....	121
2.2.3.1.4 O Mercosul e a matéria concorrencial.....	123
2.2.3.1.5 As Decisões do Conselho do Mercado Comum sobre a matéria da concorrência.....	126
2.2.3.2 Outras Organizações Internacionais e Acordos Regionais .....	135
2.2.3.2.1 União Europeia .....	135
2.2.3.2.2 NAFTA.....	139
2.2.4 Dimensão bilateral: aspectos gerais dos acordos bilaterais.....	140
CAPÍTULO 3	
OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL ENTRE AS AUTORIDADES DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA: A ANÁLISE DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO MULTIJURISDICIONAIS .....	
3.1 RESTROSPECTO HISTÓRICO .....	141
3.2 ACORDOS BILATERAIS: TIPOS, OBJETO E CARACTERÍSTICAS.....	146
3.2.1 Acordos de primeira e segunda geração.....	147
3.2.2 Objeto dos acordos bilaterais.....	148
3.2.2.1 Cooperação técnica .....	149
3.2.2.2 Cooperação na aplicação das legislações nacionais de defesa da concorrência.....	151
3.2.2.2.1 Notificações trocadas entre autoridades .....	152
3.2.2.2.2 Princípios de cortesia negativa e de cortesia positiva.....	153
3.2.2.2.3 Busca e compartilhamento de informações.....	158
3.2.2.2.4 Coordenação de atividades entre autoridades: decisões e adoção de restrições concertadas .....	164
3.3 ACORDOS DE COOPERAÇÃO CELEBRADOS PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL OU PELO SBDC.....	167
3.3.1 Recepção dos acordos pelo ordenamento jurídico brasileiro .....	169
3.3.2 Âmbito de aplicação .....	172
3.3.3 Notificações trocadas entre autoridades .....	173
3.3.4 Princípio de cortesia negativa e positiva.....	174
3.3.5 A busca por informações.....	179
3.3.6 O compartilhamento e a troca de informações.....	181
3.3.7 Coordenação entre autoridades.....	184
3.3.8 Outras disposições relevantes.....	189

3.3.9 Considerações gerais sobre os acordos firmados pelas autoridades brasileiras.....	190
3.4 APLICAÇÃO PRÁTICA DOS ACORDOS EM VIGOR AOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO MULTIJURISDICIONAIS.....	192
3.4.1 Casos envolvendo autoridades brasileiras.....	193
3.4.2 Casos envolvendo a União Europeia e os Estados Unidos.....	197
3.4.3 Comparação na aplicação de acordos bilaterais por terceiros países e pelas autoridades brasileiras.....	204
3.5 COOPERAÇÃO BILATERAL EM MATÉRIA DA CONCORRÊNCIA: PROBLEMAS CONSTATADOS E PERSPECTIVAS.....	206
CONCLUSÃO.....	216
BIBLIOGRAFIA.....	222
Referências Bibliográficas.....	222
Documentos oficiais/publicações.....	225
Obras Consultadas.....	226
Sítios na Internet.....	227
Lista de Casos.....	228
ANEXOS.....	230
ANEXO A - ACORDOS BILATERAIS CELEBRADOS ENTRE ESTADOS UNIDOS E A UNIÃO EUROPEIA.....	230
ANEXO B - DECISÕES CMC/MERCOSUL RELEVANTES EM MATÉRIA DE COOPERAÇÃO.....	233
ANEXO C - SUMÁRIO DOS ACORDOS CELEBRADOS PELO BRASIL E SBDC.....	237
ANEXO D - ACORDOS CELEBRADOS PELO BRASIL E SBDC COM DISPOSIÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	238
ANEXO E - ACORDOS CELEBRADOS PELO BRASIL E SBDC COM DISPOSIÇÕES DE COOPERAÇÃO NA APLICAÇÃO DAS LEIS DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	243